

Retomando a iniciativa

FHC

Com seu discurso de sexta-feira em cadeia de rádio e televisão — a primeira manifestação pública após a posse —, o presidente Fernando Henrique Cardoso retomou a iniciativa política que parecia haver perdido em seu primeiro mês de governo, por conta das negociações que foi obrigado a manter com o Congresso Nacional e os partidos políticos e de algumas vacilações em importantes votações na Câmara e no Senado.

As cobranças por “fatos novos” de políticos mais interessados em fazer barulho do que em fazer com que as coisas andem, e de uma imprensa que representa a classe média que tinha acesso às contas remuneradas, e que tende a se esquecer, por não sentir tão diretamente os seus efeitos, à gigantesca mudança por que este país passou nos últimos sete meses, o presidente respondeu com o desempenho da economia após o Plano Real. Embora tenha tido o pudor de não se deter na exploração demagógica dos fatos, as menções que fez são suficientes para lembrar que o “muito pouco” que o acusam de ter feito até o momento significa, em poucas palavras, o resgate de 60% ou 70% da população brasileira — as dezenas de milhões de “descamisados” até então excluídos do mercado consumidor —, obra que se traduz no maior surto de consumo da história do Brasil, concomitante com a menor inflação dos últimos 46 anos, e ainda decrescente.

Apesar da importância do fato, FHC não se deteve mais do que o mínimo necessário no auto-elogio. Sobre os efeitos da crise mexicana, foi mais que econômico. Condenou os “catastrofistas”, deixando apenas subentendidos os atos concretos da equipe econômica que, em menos de dois meses, promoveram correções de rumo que, concretamente, reverteram a expectativa dos que forçiam para que o barco do Real naufragasse já, nas marolas do peso mexicano.

Como é na política que está o “calcanhar-de-aquiles”, de tudo o que foi construído até agora, não se furtou a encarar de frente os problemas políticos pendentes, as próprias “falhas” (ou aquilo que foi interpretado como tal na primeira rodada de negociações com o antigo Congresso) e o que ainda está por fazer. Sobre o dilema de “ganhar o povo e perder os parlamentares” ou vice-versa, que nós mesmos lhe cobramos por ocasião da negociação que envolveu a anistia ao senador Humberto Lucena posta como condição para a aprovação da Medida Provisória Tributária que deu ao Plano Real a capacidade de sobreviver até uma decisão final sobre as grandes reformas constitucionais, FHC respondeu, singelamente, com um “Eu quero que o Brasil ganhe”. A frase lembra, nas entreli-

nhas, que o presidente tinha plena consciência do desgaste que sua decisão implicaria para sua imagem, mas que preferiu aceitar esse risco em lugar do risco maior de pôr a perder as reformas que podem mudar, para sempre, a face do Brasil, nas mãos de uma corporação (a dos políticos) que já provou várias vezes que não hesita em sacrificar seja o que for pela garantia de seus privilégios. Em outras palavras, reafirmou que não joga para si mesmo; joga — até a última carta — pelo programa de reformas que o povo elegeu. Quem conhece o Congresso que temos, não tem o direito de duvidar.

Para reforçar a intenção de romper com a velha política do “toma lá, dá cá”, confirmou sua decisão de moralizar a distribuição das concessões de rádios e TVs, o grande símbolo da transformação da política em comércio, por meio de licitações submetidas ao crivo do Congresso, mesmo ao risco de ofender — como de fato ofendeu — seu mais forte aliado no Senado. Mas fê-lo porque nesse risco — também calculado — não está incluído o risco direto de pôr a perder o programa de reformas, que é a prioridade absoluta.

Sobre a questão do veto ao salário mínimo, Fernando Henrique deu mais uma demonstração de sutileza política. Safou-se da armadilha em que caiu com o erro de aceitar um aumento em seu próprio salário e no dos ministros com o gesto “moral” de doar a parte desse aumento de que pode, legalmente, abrir mão, enquanto não houver condições de se aumentar o mínimo sem aumentar automaticamente a inflação, e devolveu ao Congresso a bomba que ele lhe atirou no colo, comprometendo-se a dobrar o salário mínimo desde que o Legislativo faça a sua parte aprovando as reformas, entre as quais está a da Previdência, que o governo envia ao Parlamento no próximo dia 16.

Sobre a falta da grandiloquência e do “carisma” que marcou a trajetória de tantos políticos brasileiros de triste memória, tão cobrada ao presidente por velhos demagogos com crises de saudosismo, cabe perguntar se ela faz tanta falta assim ao Brasil. Seus pronunciamentos e atos reconfirmam sempre as marcas da precisão na dosagem e no endereçamento das mensagens e da firmeza do leme na direção prometida. Se isso não ajuda a produzir mágicas reviravoltas nas pesquisas de opinião pública e torna o jornalismo diário menos emocionante, favorece, certamente, a construção de instituições mais sólidas e duradouras. E isso indica que quem precisa evoluir e amadurecer não é o presidente Fernando Henrique, mas quem lhe faz esse tipo de crítica.